

AFRR0177



Zé Nicácio, a família, a criação e a mudança: de volta a Cruzeiro do Sul depois de três anos no extremo oeste do país

FRONTEIRAS

Solidão de pioneiro

*No ponto mais ocidental do Brasil,
no Acre, a coragem do homem enfrenta
o deserto verde da Amazônia*

Por Ivaci Matias / Fotos Adão Maciera





MARCO. Depois da serra imponente, a fronteira brasileira com o Peru



Ainda estava escuro na manhã do dia 4 de novembro do ano passado, um sábado, quando o lavrador José Nicácio juntou a mulher, os dois filhos — uma menina de 12 anos e um menino de 8 —, a cadela “Tainha”, as galinhas. Entrou com todos no barco, já atulhado pelos trens da mudança e embicou pelo rio Moá, deixando para trás a aventura na qual investira os últimos três anos. Durante esse período, Zé Nicácio foi o brasileiro que viveu no ponto mais ocidental do país, ao pé da serra do Divisor — conhecida ali como a do Moá —, no Acre, onde está plantado o marco divisório com o Peru. Um último olhar para trás mostrou-lhe a paisagem familiar: o rancho, a varanda onde funciona a cozinha (construídos pelas suas mãos), o pomar plantado por ele com tangerinas, cajueiros, abacateiros (estes carregados de frutos), os pés de café, o mandiocal consorciado com melancias. Ao fundo, a imponente serra. De elemento novo naquela paisagem, apenas um homem, acenando em despedida. Outro Zé, esse de sobrenome Hermógenes, que ficou com o rancho e a posse por um preço simbólico e com uma herança postada ali — acompanhado de dois filhos —, serve como uma espécie de farol vivo, sinalizando o mais distante ermo brasileiro a oeste. Sem se dar conta do fato, é “dono” de um fabuloso quintal: às suas costas está a serra do Divisor, formidável extensão de 1,2 milhão de hectares, que deverá ser transformada no futuro governo em um novo parque nacional e possivelmente demarcada como reserva extrativa.

Zé Nicácio é um daqueles brasilei-

ros que se embrenharam pela Amazônia procurando melhorar de vida e acabou vencido pela floresta. “Aqui é muito isolado e a vida é difícil; não dá mais”, confessa. Filho de seringueiro, ele decidira há três anos deixar o emprego em uma fábrica de borracha em Cruzeiro do Sul, AC, e achar uma terrinha para plantar. Vendeu a casa da cidade, comprou um barco e uma motosserra e saiu pelo rio Moá. No caminho viu muitas terras ocupadas; sem dono, só mesmo essa ponta do Brasil — onde chegou seguindo a indicação de um primo seringueiro, que conhecera a região. Ao fazer o caminho de volta, foi mais pobre do que chegou: o barco estragou com o tempo e a motosserra de nada lhe servirá na cidade.



VOLTA. Nicácio carrega os trens...

De lucro ele só tem um lote de madeira, tábuas aparelhadas no capricho, que deixou empilhadinhas sob a guarda de Zé Hermógenes. De consolo, ele leva o apoio da mulher, dona Nicinha, solidária com a tristeza do marido de não poder concretizar seu sonho de ter um bom roçado e mais tarde um pastinho. “Mas não deu mesmo”, lamenta-se ela. “Os filhos vão perdendo a escola e não se pode nem pensar em ficar doente por aqui. Não fosse a vontade de Zé e a beleza desse lugar, a gente tinha ido embora há muito tempo.” A disposição para o trabalho, Zé Nicácio seguramente não perdeu. Tanto que sai pelo rio pensando na casa que fará em Cruzeiro do Sul com as tábuas que deixou no rancho — virá buscá-



SOLIDÁRIA. Dona Nicinha fica triste, pelo marido. “Mas não dá mesmo”



...para mudar. A solidão foi maior

las mais tarde, para transportar em um comboio de balsas. Mas a beleza, anotação por dona Nicinha, essa eles perderam mesmo.

Até por ser inacessível, a região servida pelo rio Moá é de um encanto selvagem, raro, intocado. As próprias águas do rio têm vida. São escuras, quase negras, diferentes das águas barrentas do rio Juruá, o outro caminho

Índio não quer patrão

aquático que desemboca perto de Cruzeiro do Sul. “É escuro de matéria orgânica acumulada no fundo”, ensina Antonio Macedo, sertanista, líder dos seringueiros da região e guia na expedição ao extremo oeste. “Pode notar que esse rio não tem barranco: é tudo mata alagada. No fim do ano ele invade a mata, enche milhares de igarapés e provoca furos, pequenos riachos inexistentes na seca. Ao voltar do passeio, traz a matéria orgânica.” A área é boa para a seringa, pois ali as árvores são produtivas; a extração, porém, só é possível durante três meses, por causa das inundações — as quais impedem também que os seringueiros fixem moradia, motivo pelo qual é possível viajar horas sem se ver uma pessoa sequer.

É um rio, além de bonito, caprichoso, rendilhado de curvas. Tantas que às vezes até confundem o viajante: ele pode estar recebendo o sol do lado direito num momento e no seguinte recebê-lo do esquerdo, por arte de uma curva mais fechada. No cotovelo de uma dessas curvas depara-se com a imponên-



FUTURO. As tábuas, caprichosamente aparelhadas: para a casa nova

cia de uma samaúma, a maior árvore da região, que alcança até os 70 metros de altura. De madeira mole, não serve para fazer móveis — e todos sabem que o melhor é preservá-la, deixando-a enfeitar as margens com sua majestade.

Muito pouca gente desfruta as belezas do lugar. Se for traçado um triângulo cujos vértices repousem no marco da fronteira Brasil/Peru, na cidade de Cruzeiro do Sul e na serra do Divisor, estará delineada uma área onde moram apenas alguns seringueiros esparsos e os remanescentes de duas tribos indígenas, os poyanauas e os nukinis. Os primeiros vi-

vem no município de Mâncio Lima — assim batizado em homenagem ao coronel que chegou por ali no começo do século para explorar as seringueiras. Responsável, segundo a crônica oral da tribo, por tê-la submetido à escravidão. “Ele botou os homens no mato para cortar seringa e as mulheres a fazer roçado”, conta o falante Rando, 78 anos de idade, que divide um rancho de madeira na aldeia com Inchunbãe, 75, e Manpá, 81. “As crianças, ele ensinou a ler e a escrever. Foi a única coisa boa que fez para nós: pelo menos sei assinar o nome — e até voto.”



CAPRICHOSO. O rio Moá, cheio de curvas que até confundem o viajante



MAJESTADE. A samaúma domina as matas



ORGANIZAÇÃO. Os poyanauas criaram cooperativa...



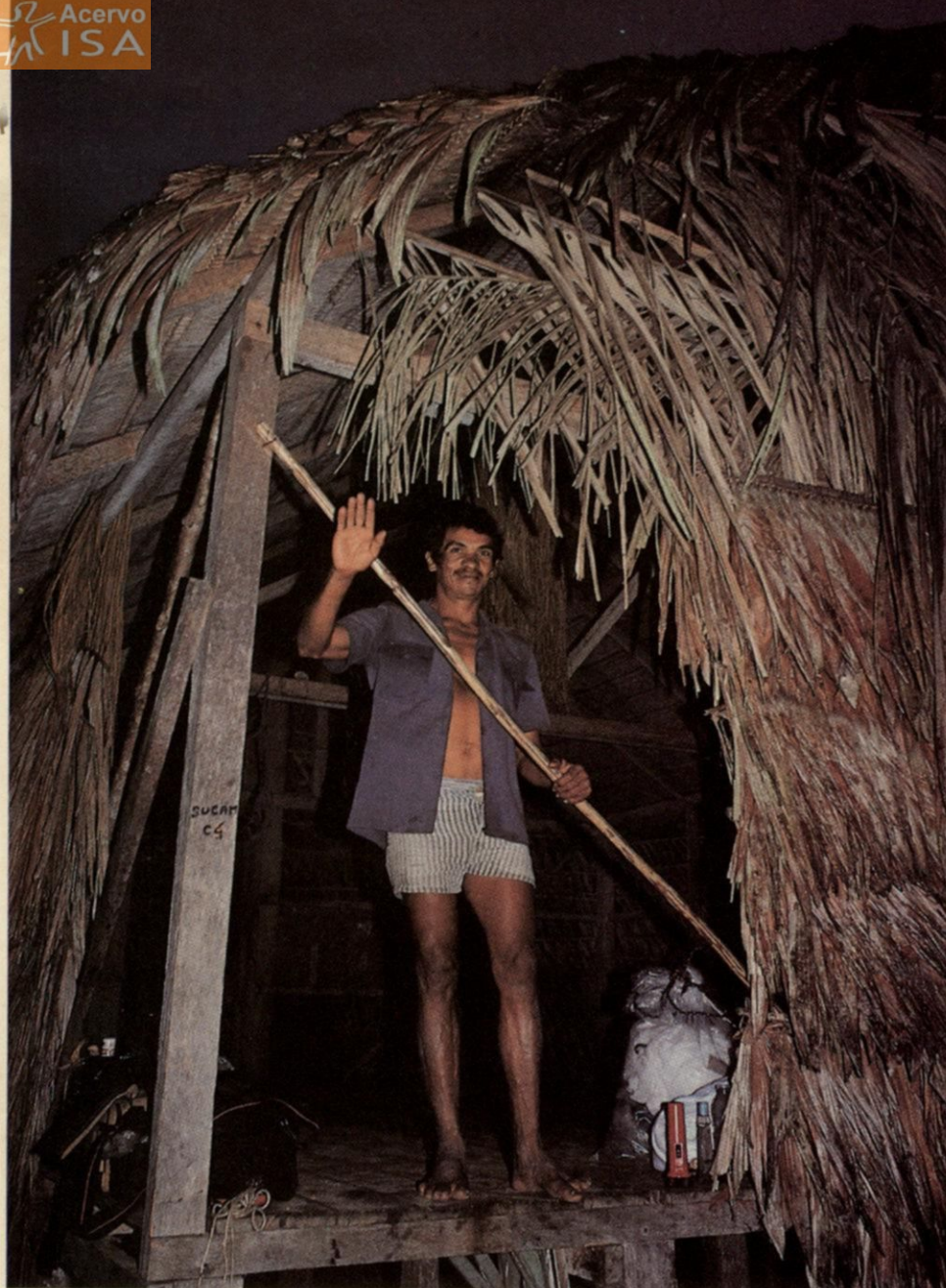
...e demarcam por conta própria sua reserva

Os poyanauas acabaram de livrar-se dos "patrões" — nome dado a todos os brancos que trocam mantimentos pela borracha que vão buscar ali. Criaram uma cooperativa e cuidam eles próprios da comercialização. "E agora estamos demarcando nossa reserva por conta própria", conta o cacique, Mário Cordeiro. "Só espero que o novo presidente faça a demarcação oficial." O exemplo foi seguido pelos nukinis, os últimos moradores antes do pé da serra do Divisor. Comandada pelo cacique Humberto, a tribo — formada por 400 índios — criou sua cooperativa para vender a borracha na cidade, sem intermediários.

Aparentemente, não é tão difícil alcançar o extremo oeste do Brasil. Afinal chega-se a Cruzeiro do Sul a bordo de aviões de carreira. Duas vezes por se-

mana, às terças e sextas-feiras, um boeing (da linha Rio Branco — Manaus) escala no aeroporto local, classificado como de segunda categoria — ou seja, com capacidade para receber jatos médios, até Boeing 727. Trafegar na região, no entanto, é outra conversa — e aí se percebe a marca registrada imposta pela natureza, o isolamento. Por terra, os nativos dispõem apenas da BR-364, uma estrada de 650 quilômetros que leva a Rio Branco margeando toda a divisa com o Estado do Amazonas, e passando por três cidades e duas vilas no trajeto. Mas, como essa estrada só tem os últimos 52 quilômetros antes da capital do Estado asfaltados, funciona dois meses por ano, setembro e outubro. Quando começam as primeiras chuvas, fica intransitável, abandonada. Dessa forma, Cruzeiro do Sul — segunda cidade do

Acre, com 50 mil habitantes — tem mais ligação com Manaus por meio do rio Juruá, um dos principais afluentes do Amazonas. Por isso, o porto ferve de barcos — barcos grandes de madeira tocadas a motor que vêm buscar borracha, a principal fonte de renda da região, junto com a madeira, e trazer mantimentos. Do outro lado, em direção à fronteira peruana, o vazio é maior, como se viu. O que não impede que Zés, como o Nicácio e o Hermógenes, continuem protagonizando a dura, mas apaixonante, aventura humana de tentar empurrar as fronteiras com suas próprias mãos. Que levam, às vezes, armas pacíficas para afirmar seus domínios. Como as de Zé Hermógenes, confiante em que logo terá um cafezal a partir das mudas que levou consigo ao se instalar no rancho outrora de Nicácio.



SUCESSOR. Hermógenes, herdeiro de Nicácio, sonha com o cafezal

No umbigo da América

A vida no extremo leste, entre cocos e areia

Por Ana Dalla Pria/Fotos Ivo Coelho



Quando o sol desponta lá no fundão do Brasil iluminando o rancho de Zé Hermógenes, no pé da serra do Divisor, o dia já corre solto no outro extremo do país. A mais de 5.800 km dali, numa linha reta que busca o mar, fica Cabo Branco, extremo leste brasileiro, umbigo das Américas. Distante apenas 14 km de João Pessoa, capital da Paraíba, Ca-



ISOLAMENTO. Da Fonte: opção própria

bo Branco é a porta de entrada do sol no continente. As 4h30 da madrugada já é dia naquele pontão, onde mora Ronaldo Queroga da Fonte, último agricultor antes do Atlântico, detentor de 40 hectares de terra no município de Nossa Senhora da Penha — um paraíso à beira-mar, juntinho de Cabo Branco. Se o isolamento geográfico identifica-o com Zé Hermógenes, discrepâncias regionais profundas diferenciam notavelmente a vida desses lobos da fronteira.

Zé Hermógenes é filho direto da estrutura fundiária existente no país, exacerbada na região Norte nos últimos anos com o avanço da colonização. O fechamento da fronteira agrícola desde então tem obrigado milhares de brasileiros, com ele, a se deslocarem para grotões sem qualquer infra-estrutura, ▶



em busca das últimas glebas devolutas para plantar uma roça. Embora instalado numa região igualmente crítica do ponto de vista fundiário — o nordeste brasileiro —, o agricultor Ronaldo da Fonte exibe uma história mais favorecida pela sorte. Pernambucano, 28 anos, ele herdou o sítio da Penha, no Cabo Branco, do pai, Fernando Cardoso da Fonte. Não foi empurrado até essa fronteira avançada do Brasil, mas optou por ela, há dez anos, sustentado por um sólido lastro econômico: uma plantação de coqueiros, iniciada pelo seu pai, que conta com 5.700 pés da variedade anã e 300 gigantes, cuja produção gira em torno de 900 mil cocos/ano — metade vendida como semente, metade transformada em muda. A produção do sítio da Penha tem ótima aceitação no mercado. E graças à sua qualidade — segundo o assessor da área de Sementes e Mudanças da Emater, da Paraíba, José Joacy dos Santos — obtém sempre preços melhores junto aos compradores.

Sem a fragilidade econômica que derrotou Zé Nicácio, nem as incertezas que ameaçam a aventura de Zé Hermógenes, Ronaldo da Fonte, sua mulher Eliane e a filha Tatiana, de um ano, desfrutam plenamente o cartão-postal dessa fronteira leste. “Aqui estamos realizados e não sentimos falta da cidade. Esse lugar é lindo”, diz Eliane. E é mesmo. No sítio da Penha, a areia branca da praia contrasta com o verde do mar, enfeitada pelo rendilhado das sombras do coqueiral. Nesse recanto privilegiado, onde a presença do sol é uma certeza cotidiana, a chuva também nunca desaponta. O resultado é uma exuberância vegetal de encher os olhos. Canoas abarrotadas de pesca farta emergem no horizonte nos fins de tarde, numa rotina tranqüila.

Ali, o homem não precisa desafiar a natureza para viver e ser feliz. O coqueiral de Ronaldo da Fonte cresce



POSTAL. Cabo Branco, Paraíba: porta de entrada do sol no continente



COLHEITA. Rotina sem exaustão

sem problemas. Adulta, a planta não necessita mais de irrigação e se satisfaz apenas com a água da chuva e o sol quente da Paraíba, onde a temperatura média no ano fica ao redor de 30°. Não há frustrações nem quebras de safras: anualmente, o coqueiral da Penha tem 70% dos frutos aproveitados para sementes.

Mesmo assim, Ronaldo da Fonte não descuida. Uma das tarefas básicas no manejo do sítio é a capina do terreno, que ele faz em conjunto com seis empregados fixos da propriedade. Debaixo do coqueiral não pode ter mato, pois as raízes dos coqueiros são superficiais e não conseguem competir com a voracidade das ervas daninhas na disputa pelos nutrientes do solo. Adubar a terra de seis em seis meses é outra medida importante. Para isso, o sítio da Penha é dividido na metade: uma parte recebe adubo químico; a outra, adubo orgânico, invertendo-se a ordem no ano seguinte, de modo a assegurar a reposição dos nutrientes retirados do solo, sem risco de esgotar terrenos frágeis da beira-mar.

A rotina de trabalho na fronteira de Cabo Branco, porém, não exaure o homem nem domina a sua vida. A terra e o mar não o exigem. E seus moradores nem sequer cogitariam afrontar o espetáculo cotidiano da natureza sem reverenciá-lo, saboreando mansamente aquele cenário. Por isso, quando a tarde cai no umbigo da América, é comum as praias ficarem enfeitadas de rodas de coco — brincadeira musical típica do litoral nordestino —, onde alegria e boa cachaça nunca faltam. Tudo regado pela certeza de que amanhã, como hoje e sempre, Cabo Branco continuará sendo um pedaço privilegiado dos 8.511.965 km² do país. ■



FRONTEIRAS II

Roraima, a porta do norte

*O Brasil não vai
do Oiapoque ao Chuí:
vai, na verdade,
do monte Caborai
(em Roraima)
ao arroio gaúcho*

Por José Hamilton Ribeiro
Fotos Jorge dos Santos



Na última campanha eleitoral, um dos mais importantes candidatos a presidente trazia, em seu hino — diariamente cantado no horário gratuito da tevê —, o velho ditado de que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí. Ao sul, o Chuí — certo. Ao norte, no entanto, a referência ao Oiapoque está errada e vem de um tempo em que nossa geografia era ainda mais maltratada do que hoje. O ponto extremo do Brasil, ao norte, não é o Oiapoque, não fica no Amapá nem faz divisa com a Guiana Francesa. Para conhecer o monte Caborai, em Roraima, este sim, o ponto mais setentrional do Brasil, tivemos de encarar uma expedição em que entraram automóvel, avião, helicóptero, cavalo e muita incerteza. A idéia básica era localizar o monte Caborai e identificar o último morador, antes de, naquele lado, acabar o Brasil.

O Estado de Roraima — antigo território, primeiramente chamado de território do Rio Branco, por causa de seu principal rio (o Branco, formador do Negro, o qual, após fundir-se com o Solimões, passa a chamar-se rio Amazonas) — é a unidade da Federação com mais solo do outro lado do Equador, quer dizer, no hemisfério norte, essa metade do planeta em que a gen-



LIMITE. O monte Caborai: do lado brasileiro, uma subida suave; na Guiana, uma queda escarpada



"CURAU". João Venâncio, o último morador ao norte: a saga do garimpo à roça

te costuma pôr apenas os países desenvolvidos. A linha do Equador corta um ponto da estrada Boa Vista—Manaus, no trecho amazônico de Roraima, e ali foi erguido um criativo monumento de pedra e ferro. Há uma estranha sensação de energia no ar, como se a linha imaginária do Equador viesse carregada de eletricidade e magnetismo, o que não passa despercebido a magos e feiticeiros que usam a base do obelisco para pousar velas, garrafas de cana e outros fetiches de macumba e bruxaria.

A 50 metros do marco está um casebre até novo, com o barro ainda vi-

Depois da mata, cerrado ralo

çoso da parede e do piso. No quintal, a um passo da boca da floresta, uma cafusa, dona Marinete, depena uma arara. É tudo o que seu marido, Zé Ribamar, conseguiu caçar ontem. Anteontem foram dois tucanos. O último bicho de pêlo que ela viu foi um macaco preto, do qual ainda restam algumas loncas de carne, escondidas embaixo da folha de zinco, no jirau de taquaruçu. Devia ser um belíssimo exemplar de macaco-aranha, um jovem macho, vigoroso e esperto, de braços longos e cauda preênsil, como ainda dá para ver no couro malcurtido que dona Marinete mostra com indiferença. “Não tendo outra coisa, vai macaco mesmo.”

Dona Marinete a gente chama de dona porque é mulher casada, mas não passa de uma menina, mal saindo dos 16 anos, cuja função na vida, por enquanto, é esperar o marido chegar do mato para saber se vai haver, ou não, comida nova. Do contrário, é retornar ao macaco, a carne já empretecida e rija de muitos dias curtindo embaixo da folha de zinco. “Tem dia que o marido bebe, aí não sai pro mato.”

Pelo jeito, ela bebe junto.

Perto do marco do Equador fica uma corrutela, Jundiá, com bom campo de pouso onde ficou parado nosso aeroplano. O primeiro trecho da viagem de volta a Boa Vista é só “paisagem amazônica”: aquela falsa impressão de um gordo e monótono tapete de árvores. Nem é tapete, nem é gordo, e só é monótono visto do alto. No chão, vem aquela sensação de mistério e suspense: o que é que essa floresta esconde? Tirando essa mata portentosa, aparecerá mesmo um deserto? Com pouco mais de quinze minutos de voo, já começa a transição para uma espécie de cerrado ralo, quase um pampa, lembrando também largos e



EQUADOR. O marco, na estrada Boa Vista—Manaus: ponto de magia



CAÇA. Marinete, 16 anos: para comer, macacos, tucanos, araras



PARTILHA. O povoado do Orinduque, morada de guianos e brasileiros



EM QUEDA. Cachoeira no rio Maú, cujo curso faz uma divisa natural



LAVRADO. Planícies imensas e planas, deficientes em calcário

campinas do pantanal do Mato Grosso. Um pantanal nessa época do ano com pouca água e, durante o ano todo, quase sem nenhuma fauna. Ou uma fauna rala — e escondida. É o Lavrado, nome de Roraima para esses campos gerais planos e imensos, de baixa altitude e pipocados de moitas de capim-carona, um tipo parecido ao capim-de-campo e à barba-de-bode, dos

Proteção dos cavalos

Estados de Minas Gerais e São Paulo.

A área de Lavrado corresponde a pouco mais de 40 mil quilômetros quadrados — cerca de 4 milhões e 500 mil hectares — dos 230 mil km² do território roraimense (maior que o Paraná). Como é área plana, sem necessidade de desmatar, e facilmente mecanizável, o Lavrado vem sendo objeto de um plano de se implantar a agricultura moderna no Estado, com o cultivo da soja. Há um gargalo: a terra precisa de correção, e Roraima ainda não descobriu suas jazidas de calcário. Enquanto a gente estava empenhada nessa expedição ao monte Caboraai, para localizar o último morador no extremo norte do Brasil, o governo de Roraima vivia a sua “epopéia do calcário”, buscando a rocha alcalina num ponto do rio Tapajós, no Pará, atravessando o Amazonas, a 1.600 km de distância do porto roraimense de Caracará, de onde seguirá por rodovia para os futuros sojicultores do hemisfério norte brasileiro.

De Boa Vista para frente, na direção do monte Caboraai, a viagem foi um luxo: de helicóptero. É quase como ter asas. Foi dando para ver, quase ao nível do chão, a pastagem nativa do Lavrado: os estranhos montículos de estilo barroco de um cupim que só existe em Roraima e no norte do Amazonas, as aldeias de índios Macuxi e Wapixana — antigos donos da terra —, alguns assentamentos brancos já na entrada da serra e duas magníficas cachoeiras — Andorinhas e Garã-Garã. Também deu para ver, sobrevoando quase a relar na crina, um rebanho dos cavalos assilvestrados de Roraima, os vigorosos “cavalos lavradeiros”, de história parecida aos baguás do pantanal, mas com genética bem diferente, puxando a puro-sangue-inglês, este infiltrado da corte de Sua Majestade pela antiga colônia de Georgetown. Os “cavalos selvagens” de Roraima eram dezenas de milhares. Hoje só restam algumas centenas, mas já há o cuidado para que a raça não seja extinta. O tempo que esses cavalos eram ca- ▶

çados a tiro, por esporte, já acabou.

A medida que o helicóptero vai se aproximando do monte Caborai, a manta encorpa e encrespa: já são árvores pesadas, algumas pontificando acima do dossel, no modelo da floresta amazônica. O tempo é que não ajuda, a presença de nuvens, algumas já se desfazendo em pequeninas bagas de chuva, impede qualquer aproximação.

Um povoado binacional

Nem dá direito para sentir o contorno do monte Caborai, camuflado e escondido na formação chuvosa. “Vamos pousar. Um pouquinho que o tempo abra, dará para chegar ao pico.” A idéia é do piloto Tarso Cruz. E logo o helicóptero desce em cima de umas pedras, lugar desajeitado e com muito pernilongo. Mas esperar mostrou-se inútil; a formação de nuvens era compacta em volta do monte e ia demorar muito até haver visibilidade.

O helicóptero volta a girar suas asinhas de aço, e a gente se afasta do mau tempo. O objetivo agora é encontrar a casa, a fazenda, a querência do brasileiro que viva mais perto do extremo setentrional do nosso território. Em pouco tempo o comandante Tarso localiza o rio Maú — que faz divisa entre o Brasil e a Guiana Inglesa, logo após o monte Caborai — e vai seguindo seu curso, ele ali ainda tão fininho, em busca de morador. Há alguns barcos abandonados, uma velha roça transformada em coivara, restos de acampamentos de garimpeiro ou algum ermitão. Sinal de vida humana, nenhum.

O monte Caborai tem 1.456 metros de altura e, se não é o mais elevado da região, é a nossa referência. Partindo dele para o interior, a gente só faz descer. É ir descendo e ir procurando um assentamento, uma casinha, um quintal, um cachorrinho, um sinal de gente fixada, com abrigo e posse, naquele ânimo de viver e tomar conta. “Tenho voado muito por aqui, nunca vi morador. O jeito é perguntar em Orinduque.” Orinduque é um povoadozinho à beira do Maú, com casas do lado guiano e do lado brasileiro. O pi lo to conhece as pessoas e nos leva direto a Antônio Rodrigues, criador e comerciante, homem falante e vivaz, apesar de uma certa imobilidade física imposta por 120 quilos de peso. “O morador que está mais perto do monte Caborai é João Curau. Não tem e nunca teve outro.”

O helicóptero precisou voltar e nós ficamos em Orinduque por conta do



LAVRADEIROS. Os cavalos selvagens: restam apenas poucas centenas



CUPINS. Com formação assim, só em Roraima e no norte do Amazonas



POLIGLOTA. João e a mulher, dona Maria: ela fala quatro línguas



PRODUÇÃO. No bananal bem cuidado, cinco espécies diferentes



A MÃO. O lajedo, para a lavagem de roupa; ao lado, fica a horta

alegre Rodrigues e de Degas Batista, seu irmão, que nos guiaria, não sem antes conseguir a necessária tropa. A marcha foi lenta, em função principalmente da tralha pesada de televisão, e a gente levou quatro horas para descortinar o mundo de João Curau. É um bonito assentamento, num lance de terreno que vem acabar, a oeste, no pé da serra da Anta, imenso paredão que parece ter sido colocado ali como quebra-vento. No outro lado, o igarapé do Clarim, ora com praia, ora com lajedo, que a gente atravessa com água quase batendo na barriga do ani-

Na limpeza e no capricho

mal. Pelos lados do norte, a serra do Cipó, escondendo a visão do monte Caborai, logo atrás.

“O senhor sabe, seu João, que se houver uma invasão da Guiana sua casa será o primeiro alvo?”

“Já pensei nisso, mas não carrego arreção. Os guianos são gente boa, nunca hão de nos guerrear...”

João Curau é expressivo, loquaz, alegre. Gosta de rir e brincar, sem nenhum pejo de expor a dentição falhada bem na frente. E não está só na alegria. “Maria também gosta de rir. Ela é pessoa muito divertida.” Dona Maria é índia Patamano e seu povo vive no outro lado do rio Maú, já na Guiana Inglesa. Mas é aparentada dos Macuxi, a principal nação índia de Roraima, e conhece também esse idioma. Com o inglês, que aprendeu de criança na Guiana, e o português que já fala quase tão bem quanto sua própria “gíria”, dona Maria Curau carrega consigo esse paradoxo: o de ser matuta e ao mesmo tempo falar quatro línguas diferentes. O único filho do casal está na cidade, estudando. Dona Maria trouxe dos Patamanos, para ajudar e fazer companhia, a sobrinha Nicoli, tímida e arisca como uma cotia. Só está à vontade quando fala com a tia, no patuá guiano que as duas entendem.

“João Curau é nome verdadeiro?” Não é, conta seu João. O nome mesmo é João Venâncio; acabou pegando esse apelido quando, trinta anos atrás, chegou do Maranhão e foi buscar trabalho num garimpo. Como nada entendia de faiscação, ficou sendo “Curau”, quer dizer, garimpeiro novo, sem prática. Tanto seu João como dona Maria são caprichosos. Dois exemplos: o bananal e a horta. Um bananal bem manejado e produtivo, com cinco espécies diferentes de banana, as touceiras desbastadas, um trilheiro on-



CRIAÇÃO. Dinheiro mesmo vem das 90 cabeças de gado

de dá até para passear; é arte de seu João.

“Assim limpinho, o bananal até parece que rende mais. Dá banana e dá gosto!” Na horta os cuidados são da mulher. Os canteiros ficam bem ao lado do lajedo onde dona Maria lava roupa, bem no jeito de a hortaliça ser regada para se manter verdinha e farta. “Eu penso assim”, diz a Patamano dona Maria. “Num lugar desses, quem quiser um passadio melhor tem de fazer. Aqui não passa carrocinha vendendo...” Da agricultura eles tiram só a subsistência, um “passadio variado”, com reforço na galinhada caipira e no porco criado no buritizal. Dinheirinho mesmo só se vê no gado; seu João tem umas 90 cabeças.

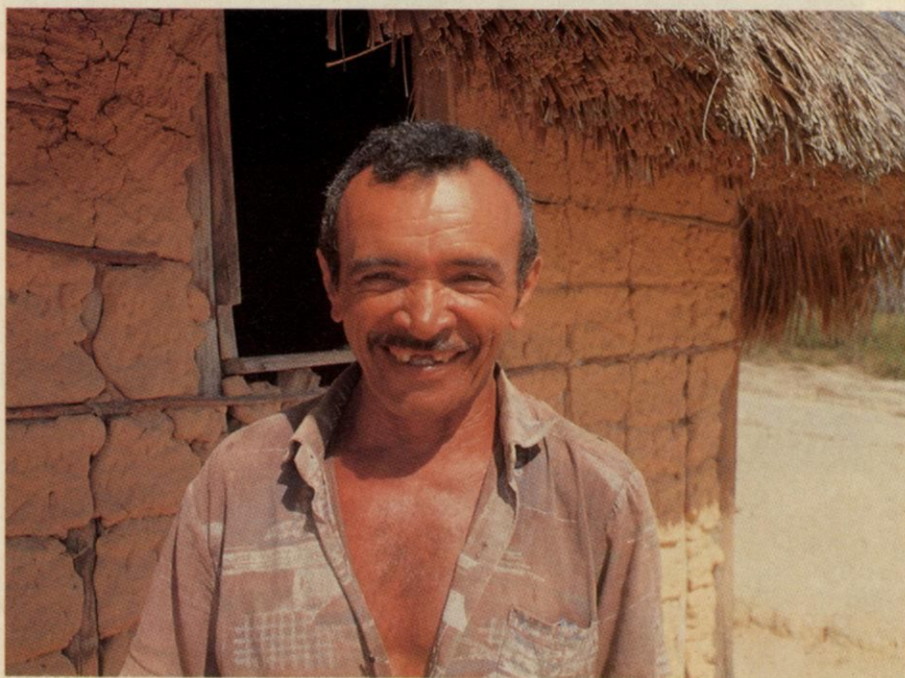
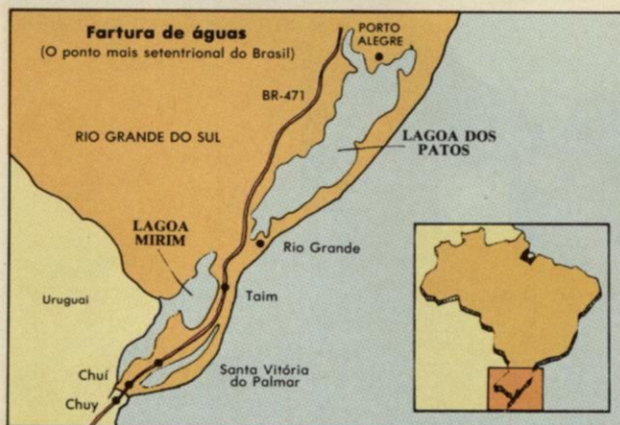
“A criação aqui é sadia, mas não engorda muito. A pastagem nativa não tem muita sustança, dá só para manter.” Uma vez tentou formar pasto com jaraguá, mas o capim estranhou o terreno. No inverno gramou bem; no verão secou. Seu João se sente brasileiro e assentado, mas anda, ultimamente, inseguro e temeroso. Apesar de estar na terra há tantos anos, vem recebendo ameaças e ouvindo dizer que os índios vão expulsá-lo dali. Quase toda a região serrana de Roraima é “pretensão da Funai”, uma forma de dizer que as terras são dos índios. “Não estou entendendo. Os Macuxi sempre foram meus amigos, afinal eu sou casado com índia, meu filho é sangue de índio, será que não podemos ter aqui nosso pedaço de chão?” Seu João Curau acha que existe “gente por trás” envenenando a cabeça dos índios. Mas tem esperança de que vão acabar respeitando seu direito.

A viagem de volta, a cavalo, foi

mais rápida. Tudo o que tinha de ser fotografado e filmado já o fora, na ida. Um avião veio buscar a gente em Orinduque e, na direção de Boa Vista, o piloto sugeriu: “Hoje o tempo está melhor. Vamos tentar ver o Caborai?” Foi a melhor idéia do dia. O céu estava limpo e deu para ver direitinho a linha de contorno do monte Caborai. No lado brasileiro há uma subida paulatina até o pico — 1.456 metros. No lado guiano, a queda é brusca, despencando numa escarpa onde se notam seguidas falhas da mata, aparecendo um rochedo branco, silicado, como se fosse pintado a cal. Em alguns desses penhascos, pode-se perceber a abertura de cavernas.

A divisa entre os dois países — Brasil ao sul, Guiana Inglesa ao norte — fica bem nítida e clara na linha de contorno do monte Caborai, a 5.2 graus de latitude norte — o ponto extremo do Brasil no rumo do Setentrião. Ao sul, o Brasil vai até o Chui — está cer-

to. Mas ao norte passa bastante do oiapoque, alcançando esse nosso monte Caborai. O velho ditado, de que o Brasil vai do Oiapoque ao Chui, está errado. A fórmula correta é: “O Brasil vai do Chui ao monte Caborai”. Pode compor uma “rima rica”, de que os poetas não gostam muito, mas é uma homenagem à geografia e um reconhecimento à verdade. ■



FUTURO. “Curau” acredita que seu direito à terra será respeitado

Um modelo, à beira do Uruguai

No extremo do Brasil, ao sul, um grupo de fazendeiros faz uma bem-sucedida experiência em condomínio

Por Sidney Maschio / Fotos Ernesto de Souza



Se o gaúcho Cláudio Coutinho Rodrigues der um simples passo, sai do Brasil e invade o Uruguai. É certo que sua passada é larga, condizente com a de um homem grande como ele, de dois metros de altura. Mas essa mobilidade geográfica não é proporcionada por nenhuma bota-de-sete-léguas: é que parte das terras das quais Rodrigues cuida vai morrer exatamente no ponto mais meridional do Brasil, na fronteira com o Uruguai, perto do arroio Chuí. Em terras brasileiras, às costas desse engenheiro que preferiu pendurar o diploma e trabalhar como administrador geral de fazendas na região onde sua família vive há mais de um século, está a Seção São Miguel, 510 hectares. Essa é apenas uma parte de um complexo rural que reúne seis proprietários organizados em condomínio. No total, o grupo tem quase 7.300 hectares, dos quais 6.700 são áreas próprias, baseando suas atividades na produção de arroz — em 4.800 hectares irrigados — e na criação de gado de corte.



FARTURA. As águas da lagoa Mirim, a segunda do Brasil: oferta generosa para ajudar a tecnificação



GUARDIÃO. O engenheiro Cláudio Rodrigues, administrador geral: de olho numa vastidão de 7.300 hectares

Nessa ponta sul do Brasil, ao redor do município de Santa Vitória do Palmar, fundado em 1855 — entre o fim da Guerra dos Farrapos e a formação da Tríplice Aliança Argentina-Brasil-Uruguai na Guerra do Paraguai —, desenrola-se uma experiência empresarial das mais avançadas. Sob o nome de Condomínio Estância Cordão, os seis sócios tocam uma verdadeira em-

Do silo ao saco sem manuseio

presa que produz resultados satisfatórios para todos. Na safra 1988-89, o condomínio plantou 1.721 hectares de arroz irrigado. “A nossa produtividade média está em torno de cinco toneladas por hectare, o que pode ser considerado muito bom de acordo com os parâmetros da região”, afirma Rodrigues. Tanto o plantio como a colheita são totalmente mecanizados: o grupo tem 12 colhedeiças e mais de 30 tratores de vários portes.

Toda a estrutura de armazenagem, beneficiamento e embalagem também é própria. Depois de passar pelo secador, a safra é distribuída em seis grandes silos, com capacidade total de 13 mil toneladas. Dos silos, o arroz é conduzido em esteiras rolantes para a máquina de beneficiamento, que tem capacidade para beneficiar 30 sacas de 50 quilos por hora. Depois desta etapa, ainda sem nenhum contato manual, o arroz é empacotado em saquinhos plásticos de dois ou cinco quilos, prontos para o consumo final. Quase 90% da produção são vendidos a grandes atacadistas dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Como culturas secundárias, o grupo planta milho, soja e sorgo, destinando quase toda a produção para o consumo próprio. Uma área de 130 hectares foi destinada ao reflorestamento, utilizando espécies nativas da região.

Uma cultura altamente tecnificada e eficiente como a do Cordão, no entanto, tem por trás de si a natureza: a generosidade da lagoa Mirim. Com 2.966 quilômetros quadrados de área, ela é uma das maiores do mundo e a segunda do Brasil: perde em tamanho apenas para a lagoa dos Patos — o chamado “mar de dentro”, de 10 mil km² — ali mesmo no Rio Grande do Sul. Além de sua localização estratégica (a fronteira com o Uruguai passa no meio de suas águas), a lagoa é fundamental no fortalecimento do perfil econômico da região, fazendo dos arrozais irrigados, do extremo sul, os maiores do país em seu gênero. Para aproveitar este potencial hidrográfico, os agricultores têm grandes sistemas de bombeamento instala-



CAPTAÇÃO. Sistemas de bombeamento espalham-se à volta de toda a lagoa



ARMAZENAGEM. No Condomínio Cordão, silos próprios para a produção



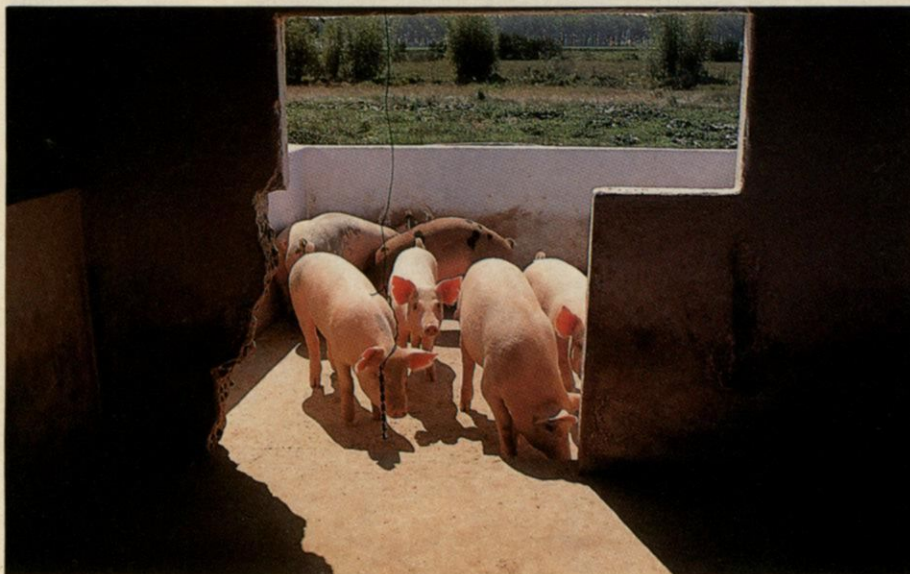
AO CONSUMO. O arroz sai beneficiado e embalado, para Rio e São Paulo



MECANIZAÇÃO. Para preparar a terra e colher, 42 grandes máquinas



APROVEITAMENTO. Depois da colheita, o gado de corte ocupa a terra



SUÍNOS. Em criação confinada, 3.800 animais da raça Corriedale

dos em praticamente toda a volta da lagoa. A topografia da região também os ajuda: desde o banhado do Taim (parte sul da lagoa) até o Chuí tudo é uma enorme planície. O Condomínio Cordão, por exemplo, tem quatro estações elevatórias, que alimentam mais de 60 quilômetros de canais, ganhando capacidade para bombear 13.600 litros de água por segundo.

Consoante à cultura do arroz vem a segunda principal atividade do grupo, a criação de gado de corte. “Imediatamente após a colheita soltamos os bois na resteva do arroz, onde ele permanece até o novo plantio, ou seja, de maio a setembro”, explica Rodrigues. No período mais rigoroso do inverno, o gado é transferido para pastos formados com trevo de azéem, cultura resistente ao frio, que ajudam a evitar perda de peso. Esse sistema de criação e manejo, segundo o administrador, é simples, permite o aproveitamento dos restos de cultura e mantém a terra produtiva duran-

O cultivo da tradição

te o ano inteiro. O rebanho total do condomínio é de 3.300 cabeças, das raças Pole Hereford e Pole Shorthorn, incluindo animais puros e cruzados. A boiada vai para o abate ao atingir peso entre 460 e 500 quilos. Ainda na pecuária, o grupo dedica-se à criação confinada de suínos, Duroc e Large White, e à ovinocultura, com um plantel de 3.800 animais Corriedale.

Juntando todas as atividades, o condomínio emprega diretamente mais de 180 trabalhadores. Considerando as famílias, o número de residentes passa de 400 pessoas. Parte da produção, em todos os segmentos em que o condomínio atua, é destinada à venda aos funcionários, a preços quase simbólicos. Além dos arrozaes, essa gauchada cultiva com carinho e apreço as tradições da região — parte fundamental da vida em Santa Vitória do Palmar. Ao lado do amigo Péricles Azambuja, historiador e escritor, Cláudio Rodrigues recorre à história para explicar o apego do fronteiriço à sua cultura. “A nossa região já foi da Espanha, passou para Portugal e, no século XVII, chegou a ser declarada formalmente como terra de ninguém, uma espécie de faixa de segurança para separar os portugueses e *castilhanos* que viviam se pegando pela posse das terras”, conta. Essa faixa, completa Azambuja, era chamada de campos neutrais, foi criada em 1767 por um acordo entre Portugal e Espanha e abrangia desde o banhado do Taim até o arroio Chuí. O acordo foi respeitado até 1812, quando



FRONTEIRA. Basta um passo para "invadir" o Uruguai

os brasileiros e portugueses ocuparam a região.

O traçado definitivo da fronteira ainda deu muito o que falar. O Uruguai chegou a ser incorporado ao Brasil em 1821, com o nome de Província Cisplatina, e só ficou independente em 1828. Depois da independência, os uruguaios queriam o Taim e o Chuí — ou seja, queriam toda a lagoa Mirim, até as margens agora brasileiras. Mas

conseguiram levar a fronteira apenas até alguns metros adiante do Forte de São Miguel.

Nos duzentos anos que se seguiram à fundação da colônia de Sacramento (em 1680) na margem esquerda do rio da Prata — com a qual Portugal quis consolidar o domínio na região —, os gaúchos não fizeram outra coisa senão brigar por ela. Às vezes a perdiam; outras a retomavam. Esse vaivém fez



com que o fronteiriço se tornasse um homem sempre preparado para lutar. "Também é por isso que o povo daqui não descuida de suas tradições culturais", orgulha-se Rodrigues. "A música, a dança e os costumes em geral sempre foram a forma mais forte de manter os homens unidos e prontos para a guerra se fosse necessário."

Hoje ninguém mais fala em guerrear. Os bacamartes e as espadas estão nos museus, mas desde cedo a piaçada (ou criançada, como diz quem não é gaúcho) ouve histórias de batalhas e conquistas, ao mesmo tempo em que aprende a cantar e dançar as músicas típicas. Motivo para cantar e festejar nunca falta no extremo sul do Brasil, onde uma boa *charla* sempre começa com chimarrão e termina com churrasco, sanfona e dança.



COSTUMES. Ninguém mais fala em guerra e as conversas começam em chimarrão e terminam em música e danças



Paz, onde houve guerra

Colonia del Sacramento, ou simplesmente Colonia, é hoje uma opção interessante para quem vai a — ou vem de — Buenos Aires: a ligação entre o Uruguai e a capital argentina é uma das atrações turísticas por causa do *ferry-boat*. Mas há exatos 310 anos o lugar teve muita importância política e até militar. Colonia foi fundada à margem do rio da Prata como ponta-de-lança para a consolidação do domínio português na região. Os espanhóis, também interessados em dominar o Prata, responderam, em 1726, fundando Montevideú. Vendo as rotas de ligação com a nova colônia ameaçadas, a coroa portuguesa despachou para o sul um regimento de soldados para fortalecer sua presença. No caminho, a expedição parou perto de um riacho, já então conhecido como arroio Chuí (e que deságua no oceano Atlântico), e levantou, em 1734, fortificação para louvar São Miguel, a oito quilômetros dali. O forte já não está mais em território brasileiro: virou *Fuerte de San Miguel* e



pertence ao Uruguai, que o transformou num bem cuidado museu histórico.

Já o povoado nascido à beira do arroio é fraternalmente dividido. No lado brasileiro chama-se Chuí, com *i*, e é distrito do município de Santa Vitória do Palmar. Do lado uruguaio é Chuy, com *y*. A fronteira fica bem no canteiro central da avenida principal, que se chama Uruguai no lado de cá e Brasil no lado de lá. O povo até que se entende bem. É muito comum se ver uma roda onde metade das pessoas fala espanhol e a outra metade português, sem que a diferença de idioma impeça que a conversa siga animada. No ponto mais central da avenida, dois bustos de bronze parecem estar eternamente se vigiando: um é do general Artigas, e o outro, do Barão do Rio Branco, ministro

HISTÓRIA. O arroio foi guardado pelo forte San Miguel (*alto*); hoje o busto de Rio Branco, do lado brasileiro (*acima*), vigia o Uruguai (*ao lado*)

das Relações Exteriores do Brasil de 1902 a 1914, em quatro governos. Eles foram os responsáveis pelos

acordos que definiram a fronteira.

A vila do Chuí é bem mais movimentada que a sede do município, por causa do comércio de fronteira. Dependendo da situação da economia dos dois países, o povo vai fazer compras em um ou em outro lado. Quando esse movimento começa a prejudicar muito um dos dois lados, os governos acabam se entendendo e arrumando um jeito de limitar estas compras. Mas em Santa Vitória o contraste é sensível: é raro encontrar uruguaios nas ruas, o turismo é pequeno e o comércio é apenas local. A tranquilidade é tanta que muita gente nem se preocupa em trancar a porta ao estacionar o carro. É, enfim, um oásis, numa região que, no passado, conheceu tantas guerras de fronteira.